



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

MARIA GEIZA FERREIRA FREIRE

**A INCLUSÃO DO SURDO EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN**

MOSSORÓ

2017

MARIA GEIZA FERREIRA FREIRE

**A INCLUSÃO DO SURDO EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Me. Francisco Varder Braga Junior

MOSSORÓ

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para continuar lutando pelos meus objetivos;

Ao meu esposo Nazareno Freire pela compreensão para com a minha falta de atenção com ele devido à dedicação aos meus estudos;

Aos meus queridos filhos Lindaraí Freire e Mateus Freire, pelo incentivo e até mesmo pela contribuição de forma direta e indireta, sempre auxiliando nos afazeres domésticos.

Ao meu querido orientador, Francisco Varder Braga Junior pela paciência e dedicação com a qual me auxiliou, dando as devidas orientações necessárias para a construção desse trabalho.

Aos professores em geral, que desde o principio, e em cada momento, deram as suas preciosa contribuição, para esse grande dia. Obrigado a todos pela paciência, tolerância e perseverança, provavelmente, esses foram os ingredientes, mais importantes para conduzir-nos até aqui.

Agradeço a minha tutora Gilberliane Andrade pelo companheirismo e atenção no decorrer dessa jornada.

Ao longo do período desta especialização, muitas pessoas passaram por minha vida, me deixando marcas e lições, me proporcionando alegrias, conhecimento e crescimento pessoal.

A todos os meus colegas (virtuais do grupo) do curso que sempre nos auxiliamos trocando informações com incentivos e apoio. Em especial a Jefferson Fernandes, que agora posso chama-lo de amigo, sempre que eu estava desanimada recorria aos seus sábios conselhos.

“A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimento que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as ideias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. Pensar sobre surdez requer penetrar no “mundo dos surdos” e “ouvir” as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a “língua de sinais”. Permita-se “ouvir” essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o silêncio da palavra escrita!”.

Ronice Muller de Quadros

RESUMO

Diante do panorama atual há divergentes contextos e abordagens sobre a educação do surdo. Este estudo objetiva averiguar a inclusão escolar do surdo numa escola pública da zona rural do município de Mossoró do Estado do Rio Grande do Norte, no que se referem a possíveis dificuldades quanto ao ensino e aprendizagem, as práticas pedagógicas e abordagens de comunicação utilizadas. Foi realizado um levantamento de literatura para subsidiar a pesquisa tomando como referência os seguintes autores Silva; (2005) Carvalho; (2008) Goldfeld; (2002) Gonçalves; (2013) Sá; (2002) Mittler; (2003); Declaração de Salamanca; (1994), dentre outros. Esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso com aplicação de entrevista semiestruturada, de forma que realizamos a entrevista com um aluno surdo e sua professora da disciplina de língua portuguesa, com o intuito de verificar suas visões quanto ao desenvolvimento de aprendizagem deste aluno. Também foi realizada observação das aulas desta professora para por parte da professora e de outros profissionais da escola para lidar com a educação dos alunos surdos no ensino regular, que não há uso por parte da professora de um método de ensino voltado para surdos, além da escola não dispor de recursos nem de intérprete de LIBRAS para o desenvolvimento adequado da aprendizagem destes alunos. Desta forma, podemos afirmar que a Educação Especial na perspectiva inclusiva para os surdos ainda é um processo em construção em alguns lugares do nosso país, merecendo uma maior assistência para a efetivação dos direitos destas pessoas para que só assim, as barreiras possam ser eliminadas.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO; INCLUSÃO DO SURDO; ESCOLA REGULAR.

ABSTRACT

Given the current panorama, divergent contexts and approaches on deaf education, this study aims to verify deaf inclusion in a public school in the Countryside of Mossoro city in the State of Rio Grande do Norte, in which they are related to possible difficulties in the teaching and learning, pedagogical practices and communication approaches used. A literature survey was carried out to support the research, taking as reference authors such as Silva, (2001);Carvalho; (2008); Goldfeld (2002); Gonçalves (2013); Sá (2002); Mittler (2003); Declaration of Salamanca (1994), among others, and an interview with a deaf student and his Portuguese language teacher, with the purpose of verifying their visions regarding the learning development of this student. Observation was also taken on the this teacher's classes by the teacher and other professionals of the school to deal with the education of deaf students in regular education, that there is no use by the teacher of a method of teaching for the deaf, besides, the school has no resources or interpreter of LIBRAS for the adequate development of the learning of deaf students. Thus, we can affirm that Special Education in an inclusive perspective for the deaf is still a process under construction in some places of our country, deserving a greater assistance for the realization of the rights of these people so that, only through that, the barriers for this kind of education may be eliminated.

Keywords: EDUCATION; DEAF INCLUSION; REGULAR SCHOOL.

INTRODUÇÃO

Consideramos que a educação é a área mais importante para o desenvolvimento de uma nação, visto que mediante a construção do conhecimento é que um país cresce e a qualidade de vida das pessoas. Apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda há muito a ser feito, pois a escola é o local mais propício para que aconteça um avanço social. Para Paulo Freire (1996, p.36) a "Escola é o lugar onde se faz amigos não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos, a escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha que estuda que se alegra se conhece se estima".

Para o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1998), a educação representa mais do que um simples ato de ler e escrever, pois por meio dela o indivíduo é capaz de alcançar sua autonomia perante a sociedade. Assim, o papel da educação, defendida por Freire, visa desenvolver no educando uma visão crítica sobre a realidade vivida.

A educação na perspectiva inclusiva é uma atuação humanista, pois percebe o sujeito em suas singularidades, e tem como objetivo a inserção daqueles que de alguma forma são excluídos dos seus direitos. A partir de 1994, surgiu o conceito de escola inclusiva com a Declaração de Salamanca, trazendo que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de qualquer dificuldade ou diferenças que pudessem apresentar. Dessa forma, a educação na perspectiva inclusiva respeita as diferenças e particularidade de cada indivíduo, aproveitando suas potencialidades no seu tempo de cada um. Mittler (2003, p.20)

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiados pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

Lamentavelmente muitas escolas ainda não desenvolvem na prática o que a legislação determina para a escola efetivar tais determinações, primeiramente ela deve compreender a Educação Especial no ensino regular como uma ferramenta que favorece o entendimento da diversidade, podendo contribuir com aprendizagem daqueles que necessitam de algum apoio para se desenvolver. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ambos determinam que é direito do educando com necessidades educacionais específicas frequentar o sistema regular de ensino. Todavia,

deve ser um processo individual, dando-lhe oportunidades para o seu desenvolvimento com êxito e progresso.

Segundo a Constituição Federal 1988 o art. 205 diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas até a onde a educação pode ser considerada um direito de todos? Quando nos deparamos com o contexto Rural, Educação do Campo, educação para as pessoas que vivem em zonas rurais nós identificamos muitos problemas, por entendermos que um ensino estruturado no modelo curricular conteudista relacionado a realidades urbanas não se aplica em uma condição rural. Pois cada escola tem suas peculiaridades da vida rural e contextos diferenciados. Conforme estabelecido pelo artigo 28 da LDB, (1996) no seu que institui: Art. 28º:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Pensando nisso, podemos observar o que foi feito por Paulo Freire, na cidade de Angicos RN onde conseguiu alfabetizar pessoa, a partir dos nomes do seu cotidiano e em quarenta horas conseguiu alfabetizar pessoas que antes ninguém conseguiu. Nesta ótica nos faz constatar que a escola, ou melhor, o educador deve se preocupa em atender as reais necessidades do indivíduo, levando em consideração nas suas estratégias o meio que este sujeito pertence. Um dos problemas enfrentado nas escolas rurais é a não adequação curricular para a realidade do campo, agregado a esse problema vem outros como: a infraestrutura, o acesso, a falta de material didático e biblioteca, dentre outras condições de ensino que lhes são oferecidos diferentes das escolas urbanas. Segundo Brandão “a rigor, não existe Educação Rural: existem fragmentos da educação escolar-urbana introduzidos no meio rural” Munarim, (2010, p.15). As colocações deste autor comprova a problemática da necessidade de se reconsiderar a forma como vem sendo abordada a educação no meio rural.

O contexto histórico da educação do surdo sempre foi marcada por muita luta e resistência às diversas práticas educacionais que lhes eram postas, tais práticas advinham do poder e interesses das classes dominantes da época, bem como de escolas de que defendia conhecimento suas teorias como: A escola francesa que utilizava a língua de sinais e a escola alemã que fazia uso Oralismo.

A audição é essencial para a obtenção da língua oral e sua restrição causa muitos déficits na vida do indivíduo, e a intervenção mais adequada é realizada a criança tem grandes possibilidades de desenvolver-se devido à plasticidade cerebral ser mais intensa nos primeiros anos de vida. Para que isso ocorra no tempo certo vai depender de fatores como: condições financeiras, além da assistência adequada por parte dos profissionais envolvidos.

Entendemos que audição é essencial para a obtenção da língua oral. Quando a perda auditiva é diagnosticada precocemente, os profissionais têm a preocupação em fornecer as informações aos pais da criança com surdez. Por consequência, eles vão saber de que maneira devem lidar com a deficiência e como vão poder ajudá-lo e acolher da melhor forma possível.

A atuação do docente é repleta de desafios pedagógicos. Lidar com os problemas educacionais do cotidiano tem sido cada vez mais difícil, pois constantemente a escola se depara com situações diversas como: a violência, à indisciplina, o preconceito, as dificuldades de aprendizagem, as relações interpessoais, dentre outros. Somado a esses desafios, na educação das pessoas com deficiência auditiva exige conhecimento de LIBRAS, que infelizmente ainda, há uma grande dificuldade de profissionais qualificados para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Quando o aluno aprende fazendo o uso de LIBRAS percebe-se que os sinais não são apenas movimentos a serem repetidos; e sim, um meio de comunicação de compreensão simbólica do meio, o uso de LIBRAS, além de proporcionar uma melhor comunicação com o aluno surdo, permite compreender aspectos relacionados à sua história de vida, pensamentos e percepções que estão implícitos no processo de ensino e aprendizagem.

Garantir a inclusão com uma aprendizagem significativa na sala de aula regular ainda é um desafio, visto que o professor geralmente está sozinho nesse processo. Para que a inclusão do aluno surdo na escola regular de fato venha a acontecer se faz necessário que algumas mudanças sejam feitas no sistema educacional, tais como: apoio pedagógico, recursos disponíveis, adequação do currículo, dentre outras modificações nas metodologias de ensino. É necessário que seja implementada metodologias adequadas para avaliação para atender melhor as necessidades desses alunos e que de fato aconteça em sala de aula à interação de todos mediante os trabalhos desenvolvidos na escola para que todos tenham igual oportunidade de aprendizagem deste sujeito.

Acolher os alunos surdos na sala regular requer do professor elaborar técnicas e meios de ensino, de forma que atenda as dificuldades pelos alunos. O desafio para professor é criar condições para que nesse espaço, ocorram mudanças e evoluções na aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva.

A criação de um ambiente que propicie a interação entre Surdos e ouvintes nas atividades é o desejado para que haja o processo de inclusão, respeitando as diferenças individuais. Por isso, têm-se a necessidade de se pensar em uma didática que seja flexível e que ofereça o mesmo conteúdo curricular. Respeitando especificidades do aluno Surdo sem que haja perda na qualidade do ensino e aprendizagem. (GONÇALVES, 2013, p.9).

Dessa forma, é possível evidenciar como desafio pedagógico a elaboração de um ambiente favorável para que o aluno surdo sinta-se acolhido pelos colegas de sala, visto que, com ajuda dos colegas os obstáculos sejam amenizados suas dificuldades, por causa da deficiência, sejam superadas, abrindo caminhos para o professor assegurar aos alunos surdos os mesmos direitos que os alunos ouvintes.

O bilinguismo é uma abordagem muito discutida na atualidade na conjuntura educacional das crianças surdas. Conforme Fernandes (2008) a proposta do bilinguismo trata de uma metodologia de ensino que torna acessíveis duas línguas no contexto escolar. Com relação à surdez, o bilinguismo visa divulgar e estimular a utilização de uma língua que pode ser adquirida espontaneamente pelos surdos, de forma que a língua oficial do país é vista como L2, ou seja, segunda língua, neste caso a língua majoritária da comunidade em que ela está inserida, podendo ser adquirida na modalidade escrita e, caso o aluno opte, na modalidade oral deve ser feita fora do espaço escolar.

Foi em meados da década de 80 que surgiu o bilinguismo, através de pesquisas, fundamentada na língua de sinais. Essa abordagem defende que a língua portuguesa deve ser a segunda língua a ser ensinada para os alunos surdos, podendo dessa forma, desenvolver no educando surdo, as habilidades de leituras e escrita dessa língua. Essa abordagem defende que a primeira língua a ser ensinada para o surdo seja a língua de sinais, devendo proporcionar ao surdo um desenvolvimento cognitivo, facilitando o processo de aprendizagem de forma espontânea. “Para o bilinguismo, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir a sua surdez” (GOLDFELD, 2002, p.42).

A filosofia e os conceitos bilíngues são de suma importância, pois, eles defendem que os sujeitos surdos evoluam, desenvolvendo uma comunidade, cultura e língua, conforme sua realidade. Muitas das vezes, há uma dificuldade de aprendizagem do surdo devido ao uso da língua do padrão. Isso não significa que a língua oral não seja importante, no entanto não é a única ferramenta educacional que ele dispõe. Conforme (Lacerda, 1998), diante dessa perspectiva, “aponta as três principais abordagens que discute de forma simultânea a educação para pessoa com surdez (comunicação total, oralistas e bilinguismo). Cada abordagem tem seus pontos negativos e positivos, de acordo com cada uma delas”. Entretanto elas foram abrindo espaço para diferentes reflexões em busca de percorrer um caminho educacional que

permitisse a possibilidade ao desenvolvimento pleno dos indivíduos com surdez, contribuindo para sua inserção como cidadão na sociedade.

A história da humanidade traz em seus registros, relatos de práticas excludentes relativa a sujeitos nascidos com padrões de caráter físico, intelectual, genérico e cultural inaceitáveis socialmente. Tratava-se de pessoas acometidas de problemas congênitos ou adquiridos que lhes provocaram sequelas irreversíveis. Entre tais sujeitos excluídos, encontra-se a população surda, caracterizada por dificuldades e preconceitos, desde as práticas sociais e a sua escolarização.

Como então conceber a surdez? Para compreender melhor a sua concepção, é preciso descartar duas perspectivas: a Clínica Terapêutica e a Sociológica. Na médica e terapêutica, a surdez é concebida como uma patologia ou uma falha a espera de reparos. Sá (2002, p.48). explica que:

[...] Historicamente se sabe que a tradição médico-terapêutico influenciou a definição da surdez a partir do déficit auditivo e da classificação da Surdez (leve, profunda, congênita, Pré-linguística, etc.), mas deixou a incluir a experiência da surdez e de considerar os contextos psicossociais e culturais nos quais a pessoa Surda se desenvolve.

A autora acrescenta que ao classificar a surdez a partir do grau do déficit auditivo, desconsidera-se a história de vida, as relações e representações culturais, as habilidades individuais e, sobretudo, a identidade do surdo, o que origina preconceito, e conseqüentemente, a visão generalizada de que todos os surdos são sujeitos incapazes, inferiores, “deficientes”.

Na visão sócia antropológica, a pessoa surda é concebida como sujeito de sua história e de sua representação, não “deficiente”. Ao contrário, são sujeitos pertencentes a um grupo cultural, com língua e identidade própria.

Baseado na legislação atual, precisamente no Decreto nº 5.296/2004, “a perda da audição é considerada uma deficiência sensorial por se inserir no quadro das pessoas com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000 Hz e 3.000Hz”.

Bisol e Valentini (2011, p.02) explicam a distinção entre deficiência auditiva e surdez desta forma:

Os surdos com letras maiúsculas, como proposto por alguns autores, são pessoas que não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais, valorizam sua história, arte e literatura e propõe uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Os deficientes auditivos seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e a comunidade surda. Assim, contrariamente ao que muitos podem supor o surdo que se chama de deficiente auditivo. Ele tem orgulho de ser surdo e não se considera um

deficiente. Já a situação da pessoa que não se identifica com a comunidade surda tende a ser mais delicada: alguns se incomodam muito quando seu déficit auditivo é percebido, outros se reconhecem como deficientes auditivos (dependendo de sua história pregressa, da etiologia da surdez, de suas condições atuais de vida).

Conforme as autoras essa diferenciação não se trata apenas de uma simples nomenclatura, pois a pessoa que se identifica e caracteriza-se surdo consegue se expressar através da língua gestual-visual e poderá se utilizar da mediação de um intérprete de língua de sinais. Enquanto a pessoa que se identifica e caracteriza-se como prótese auditiva ou implante e pode ser adepto a leitura labial expressar a fala mesmo com dificuldade.

A atuação do docente é repleta de desafios pedagógicos. Lidar com os problemas educacionais do cotidiano tem sido cada vez mais difícil, pois constantemente a escola se depara com situações diversas como: a violência, à indisciplina, o preconceito, as dificuldades de aprendizagem, as relações interpessoais, dentre outros. Somado a esses desafios, na educação das pessoas com deficiência auditiva exige conhecimento de LIBRAS, que infelizmente ainda, há uma grande dificuldade de profissionais qualificados para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Quando o aluno aprende fazendo o uso de LIBRAS percebe-se que os sinais não são apenas movimentos a serem repetidos; e sim, um meio de comunicação de compreensão simbólica do meio. No trabalho pedagógico o uso de LIBRAS, além de proporcionar uma melhor comunicação com o aluno surdo, permite compreender aspectos relacionados à sua história de vida, pensamentos e percepções que estão implícitos no processo de ensino e aprendizagem.

Garantir a inclusão com uma aprendizagem significativa na sala de aula regular ainda é um desafio, visto que o professor geralmente está sozinho nesse processo. Para que a inclusão do aluno surdo na escola regular de fato venha a acontecer se faz necessário que algumas mudanças sejam feitas no sistema educacional, tais como: apoio pedagógico, recursos disponíveis, adequação do currículo, dentre outras modificações nas metodologias de ensino. É necessário que seja implementada metodologias adequadas para avaliação para atender melhor as necessidades desses alunos e que de fato aconteça em sala de aula à interação de todos mediante os trabalhos desenvolvidos na escola para que todos tenham igual oportunidade de aprendizagem deste sujeito.

O interesse e a escolha do tema de justifica-se pela necessidade de averiguar o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo na zona rural. Nessa perspectiva, Marre (1991, p.10) aponta que ao escolher um tema de pesquisa “não se pode dizer que se faz uma escolha neutra; pelo contrário se faz porque está relacionado com um sistema de valores e com as convicções últimas do sujeito que escolhe”. O impulso deu-se a partir do conhecimento de uma escola no município de Mossoró, havia matriculado três alunos surdos e conhecendo as condições precárias de infraestruturas que está escola dispõe veio à curiosidade de que forma os professores estavam atuando com estes alunos para o

desenvolvimento do ensino e aprendizagem, e eles foram incluídos ou somente integrados na escola. Assim, objetiva-se averiguar a inclusão escolar do surdo numa escola pública da zona rural do município de Mossoró do Estado do Rio Grande do Norte.

2 - METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, pois segundo Cervo e Bervian (2002, p.67), “os estudos descritivos, assim como os exploratórios favorecem uma pesquisa mais ampla e completa, as tarefas claras do problema e da hipótese como tentativa de solução”. A abordagem segue uma perspectiva qualitativa e a revisão bibliográfica baseia-se nos seguintes atores: Silva, (2005); Carvalho (2008), Goldfeld, (2002); Gonçalves, (2013); Sá (2002); Declaração de Salamanca, dentre outros.

A coleta de dados foi realizada a partir de uma entrevista com um aluno surdo e sua professora da disciplina de Língua Portuguesa, com o intuito de averiguar a inclusão escolar de um aluno surdo numa escola pública da zona rural do município de Mossoró do Estado do Rio Grande do Norte. Também foram realizadas duas observações das aulas desta professora para confronto e análise dos dados coletados. Assim, a pesquisa se caracteriza como sendo um estudo de caso, haja vista que trata de um processo específico de escolarização.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Genildo Miranda, localizada na zona rural do município de Mossoró. Nossa intenção foi entrevistar os três alunos surdos existente nesta escola, porém apenas um aluno aceitou o convite para participar da pesquisa. Desta forma, a entrevista com o aluno foi mediada pelo professor de Matemática que possui conhecimentos de LIBRAS. As entrevistas foram direcionadas por um roteiro prévio com questões semiestruturadas, contendo perguntas abertas e fechadas com o propósito de adquirir dados referentes à inclusão escolar do aluno surdo.

Para melhor entendimento e análise dos dados criaram-se duas categorias, a saber: Categoria 1- Entrevista da professora – nesta categoria a professora relata sobre dificuldades encontradas para ensinar aos alunos surdos, recursos necessários e utilizados e como dá-se o processo de inclusão do aluno surdo;

Categoria 2- Entrevista do aluno – esta caracteriza-se por relatos do aluno surdo quanto a comunicação, interação, aprendizagem e recurso necessários.

3- Resultados e discursões

Nesta escola há três alunos surdos que frequentam a escola, no entanto não há nenhum intérprete que possa está auxiliando na comunicação dos professores com os alunos, o que impossibilita a compreensão dos conteúdos em sala de aula. A escola também não dispõe de sala de AEE para o suporte no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Ao relacionar às dificuldades para com ensino, dos alunos surdos, “tenho dificuldade, pois nunca tive nenhuma preparação para ensiná-los e nunca tinha tido contato com surdos antes, essa foi a primeira a primeira vez aqui na escola, e não tenho não tenho nenhum conhecimento em LIBRAS. A ausência do uso da LIBRAS é, sem dúvida o principal motivo dessa fragilidade na interação com o aluno. Conforme Silva (2005)

A inclusão da criança com surdez requer uma boa preparação, tanto do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar desta integração. Na verdade, a integração efetiva implica em uma mudança total de atitude. Deste modo, é papel da escola, e dos profissionais que dela fazem parte, procurar sanar as limitações referentes ao pleno desenvolvimento do surdo. (SILVA, 2005, p. 62).

Quando a escola não se preocupa em adapta-se ao aluno, o processo de inclusão retrocede, por isso a importância em todos estarem envolvidos e comprometidos em fazer valer o direito de todos a uma educação de qualidade, adaptando recursos, se qualificando, aperfeiçoando, e transformando a realidade excludente e numa verdadeira inclusão.

Quanto aos recursos utilizados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes ela disse que: “eu utilizo os mesmos recursos, mesmo tendo consciência que estes recursos não estão sendo eficaz para os surdos. Não tenho preparação para dar aulas para surdos, faço o que está ao meu alcance”.

No tocante a importância da LIBRAS como ferramenta de ensino e aprendizagem com os alunos ela diz: “acredito que é de suma importante, porque é um código usado entre eles. E é através da LIBRAS que eles irão se comunicar melhor”.

Sobre a importância do interprete na sala aula: “o interprete facilita e amplia a comunicação do aluno com o professor. Levando-o a um melhor desempenho na sua aprendizagem”.

No que diz respeito ao processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino: “não há inclusão, e infelizmente falta muito para que o processo de inclusão seja uma realidade, já que os profissionais das escolas não recebem capacitação e o sistema educacional não dispõe de interprete para todas as escolas”.

Em relação às principais dificuldades enfrentadas pelo professor no processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdo: “muitos professores não conseguem se comunicar com estes alunos, daí a dificuldade de explicar os conteúdos e eles de compreenderem”.

Para que o processo de inclusão aconteça na prática, faz-se necessária a aplicação de recursos pedagógicos que contemple as necessidades do aluno, bem como o professor tenha conhecimento sobre as metodologias e tecnologias adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo. Conforme afirma Martins (2008)

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades. Para tanto, requer-se, especialmente, uma efetiva preparação de profissionais de educação, que proporcione um contínuo de desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em classe. Preparação que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas próprias condições para ensiná-los em um ambiente inclusivo, assim como da necessidade de refletirem constantemente sobre a sua prática, a fim de modificá-la quando necessário (MARTINS 2008, p. 19).

É perceptível que os autores que embasam esta pesquisa consideram indispensável às formações para os sujeitos que estão envolvidos diretamente com o aluno surdo na escola. Dessa forma faz-se necessário uma preparação a qual os professores, e equipe pedagógica possam adquirir conhecimento sobre LIBRAS e metodologias de ensino para surdos. A Declaração de Salamanca (1994, p.31) afirma que: “O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devam aprender juntas, onde quer que seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter”.

Portanto a escola inclusiva deve abrir as portas para todos os alunos, independente de suas dificuldades respeitando as diferenças e necessidades, tendo com objetivo ofertar um ensino voltado para cada aluno.

Os resultados da categoria 2, inicialmente, traz relatos referentes à interação entre o aluno surdo e alunos ouvintes que acontece de maneira gradativa, já que a cada dia os ouvintes vão incorporando a linguagem de sinais no seu cotidiano escolar, bem como os gestos e as mímicas. Logo, a comunicação com os colegas e os demais professores é difícil, porque eles não sabem LIBRAS, só um professor sabe.

Em relação às provas e atividades “são difíceis, principalmente as atividades escritas no quadro para transcrever para o caderno. Gosta de vir para a escola porque me sinto bem estando em contato com meus colegas e professores”.

Sobre a leitura em português: “não consigo ler nem compreender os conteúdos, gosto das aulas de Matemática, porque o professor sabe um pouco de LIBRAS ai facilita meu entendimento. é difícil entender os conteúdos de sala de aula, porque os professores só falam, mas mesmo assim gosta de estudar”.

Quando questionado sobre o que faltava para facilitar aprendizagem o mesmo “gostaria que todos soubessem LIBRAS e tivesse um interprete na escola”.

Diante desses relatos pode-se observar a falta de conhecimento por parte dos docentes para trabalhar com a educação dos alunos surdos na escola regular. Não há um atendimento adequado para a educação do surdo nesta escola o que consequentemente acarreta défices sociais, afetivos e cognitivos para estes alunos. Partindo do pressuposto que esses alunos têm direito a profissionais qualificados, bem como, ambiente estimulante que lhes proporcione o desenvolvimento da aprendizagem, podemos afirmar que o processo de inclusão nessa escola não se dá conforme a legislação estabelece por não oferecer nenhum recurso, interprete e professores qualificado.

Em outro momento foi realizado duas observações das aulas de português, sendo observado que a professora não planeja aula e não pensa no aluno surdo, antes nos os alunos ouvintes. As aulas são ministradas em linguagem oral, não há procedimentos metodológicos para atender as necessidades educacionais dos alunos surdos. A professora demonstrou carinho com os alunos surdos, durante as aulas, não dispôs uma atenção especial para ensinar de forma diferenciada as mesmas atividades ao surdo, os privando das informações. A professora leu textos, discutiu questões, propôs questionários e mesmo enquanto os demais alunos realizavam as atividades, a docente não gerou nenhuma situação que pudesse proporcionar o acesso do aprendizado aos alunos surdo.

Logo, a escola não dispõe de interprete de LIBRAS o que torna o processo de ensino/aprendizagem mais difícil. Em conformidade e entendimento da lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, os docentes precisam intervir na concretização dos conhecimentos dos alunos surdos, por meios de técnicas pedagógicas que contribua para o desenvolvimento no processo de aprendizagem.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o objetivo que este estudo se propôs que foi averiguara a inclusão escolar do aluno surdo no ensino regular da zona rural. Ficou constatado que nesta escola a educação inclusiva ainda é um processo em construção, e as barreiras existentes no

ensino/aprendizagem tem sido um desafio para os professores. Infelizmente tanto a escola como o município não tem assegurado as condições necessárias para que os profissionais desenvolvam um trabalho educacional inclusivo.

Outra observação importante é que os professores vêm à sala de aula de forma homogênea, onde todos parecem ser ouvintes, sem se preocuparem em adaptar os conteúdos de forma que os alunos surdos sejam contemplados, já que a escola não têm instrutores de LIBRAS.

A Lei 9394/1996 determina no seu capítulo V, que “Educação Especial como sendo a modalidade escolar para alunos com necessidades Especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. A escola regular prevê serviços de apoio especializado, com propósito de atender as necessidades desses alunos.

Dessa forma a educação de surdo necessita de adaptações e técnicas pedagógicas, bem como nos currículos escolares, nos planejamentos dos professores, ou seja, ações que estejam em consonância o PPP da escola.

Entende-se que a inclusão do aluno na escola regular acontece quando são criadas possibilidades para conseguir progressos significativos desses alunos no processo educacional. A evolução só acontece por meios da adequação das práticas pedagógicas durante esse período de desenvolvimento desses aprendizes, e para conseguir atingir esses resultados, as escolas regulares devem repensar seus fazeres e adotar ações mais inclusivas se preparando e adequando suas estruturas para a prestação de serviço de qualidade a todos que a compõe.

Portanto, para que a inclusão dos alunos surdos realmente aconteça é preciso que a escola se reestruture e proporcione formações adequadas para que os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tenham condições de ajudar estes alunos a desenvolverem suas habilidades de forma igualitária. A contratação de interprete para auxiliar em sala de aula na compreensão dos conteúdos ministrados. É de fundamental importância, assim como a implantação do AEE nesta escola.

REFERÊNCIAS

Bisol, C. A., Valentini, C. B., Simioni, J. L., & Zanchin, J. (2011). **Estudantes surdos no ensino superior: Reflexões sobre a inclusão.** Cadernos de Pesquisa, 40(139), 147-172.

BRASIL. Congresso Nacional. LDB – Lei de Diretrizes e Bases de da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação**. Lei nº9. 394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <www.ldb/mec.gov.br>. Acessado em: Maio de 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Congresso Nacional. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**/ organizado por BRITO, L. F. et.al – Brasília: SEESP. 1997 v. II (Série (Atualidades Pedagógicas).

_____. Decreto de nº 3.298, de Dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acessado em maio de 2017.

_____. Decreto de nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004. Dispõe de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm: Acessado em: Maio de 2017.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acessado em Maio de 2017.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais**. Brasília, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

CARVALHO, E. de C. & BARBOSA, I. **Pensamento Pedagógico** e as NEE: Introdução à Deficiência Auditiva. (2008). Disponível em: http://elisacarvalho.no.sapo.pt/EE/Trabalho_PP-NEE.pdf acesso em: 21/04/2017.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FERNANDES, E. **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda** – linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GONÇALVES, Humberto Bueno. & Priscila, S.V.F. **metodologia do professor no ensino de alunos surdos**. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA>. Acesso em: 12/05/2017. As 14:30.

LACERDA, C. B. F. de. **Um pouco da história da história de diferentes abordagens na educação de surdos**. Cadernos CEDES, v.19, n.46. Campinas: UNICAMP, 1998.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARRE, Jacques Léon. **História de Vida e Método Biográfico**. In: Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, UFRGS, v.3, no. 3jan/jul. 1991.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

MUNARIM, Antônio. **Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção**. UFSC. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>>. Acessado em: 03 de maio de 2017 às 14:45.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **A surdez e os surdos na perspectiva dos estudos surdos**. In: SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação dos surdos**. Manaus: Editora UFA, 2002.

SANCHES, I. ; TEODORO, A **Inclusão Escolar: Conceitos, Perspectivas e Contributos**. Revista Lusófona de Educação, v.8, pp. 63-83, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Muszkat Estera. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.